

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUSTOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS FRIGORÍFICAS
DE JUÍNA – MATO GROSSO**

Autor (a): BRUNA GRAZIELLY SUMAIO BRAZ

**JUÍNA – MT
2015**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUSTOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO NAS EMPRESAS FRIGORÍFICAS
DE JUÍNA – MATO GROSSO**

Autor (a): BRUNA GRAZIELLY SUMAIO BRAZ

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como requisito na obtenção do título Bacharel em Ciências Contábeis, orientada pelo Professor Mestre Wilson Antunes de Amorim.

**JUÍNA – MT
2015**

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Marco Taneda

Profª. Esp. Jaqueline da Silva Marques

Profº. Me. Wilson Antunes de Amorim

Orientador

RESUMO

A Contabilidade Ambiental que tem como finalidade informar a sociedade geral através de demonstrações e relatórios a atuação das empresas com relação aos cuidados com a conservação e preservação do meio ambiente. O Balanço Social é o principal instrumento utilizado pelas empresas em que constam as demonstrações dos cálculos e registros dos custos ambientais. Entende-se por Custos Ambientais os valores gerados para a operacionalização das atividades ambientais. Assim, o presente trabalho objetiva aprofundar os conhecimentos sobre a contabilidade e custos ambientais e demonstrar a forma pela qual as empresas frigoríficas (JBS Frigorífico e Juina Frigorífico), calculam e registram os seus custos ambientais. Para desenvolvimento deste trabalho foi realizado um estudo de caso junto ao Frigorífico JBS e Juina Frigorífico de Juina – MT, através de aplicação de questionários, juntamente com o levantamento bibliográfico e descritivo, quanto a análise dos dados utilizou-se o método qualitativo. Os estudos do trabalho levam a concluir que a empresa Juina frigorífico faz a contabilização por meio de empresas terceirizadas, entretanto, não faz uso eficiente dos dados existentes. E quanto a empresa JBS Frigorífico a sua contabilidade é realizada pela matriz não tendo cálculo dos custos ambientais regionalizados, e sim o da empresa como um todo.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental, Custos Ambientais, Meio – Ambiente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCE	- Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
ANAEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
API	- American Petroleum Institute
BCSD	- Business council on Sustainable Development
BS	- Specifications For Environmental Management Systems
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DRE	- Demonstração de resultado do exercício
ECO - 92	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
EIA	- Estudos de Impactos Ambientais
EMAS	- Sistema de Eco-gestão e Auditoria da União Europeia
EUA	- Estados Unidos da América
FASB	- Financial Accounting Standards Board
ICC	- Câmara internacional do Comércio
ISAP	- United Nations International Standards of Accounting and Reporting
ISO	- International Standards Organization
KM	- Quilômetros
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONGS	- Organizações Não Governamentais
ONU	- Organizações das Nações Unidas
PCSD	- President's Council for Sustainable Development
RIMA	- Relatório de Impacto ao meio Ambiente
SAGE	- Sistema Algébrico e Geométrico de Experimentações
SC	- Sub comitês
SEMA	- Secretaria Estadual do Meio Ambiente
STEP	- Strategies for Today's Environmental Partnership
TC	- Comitê Técnico
UNCTAD	- Intergovernmental Working Group of Experts and International Standards of Accounting and Reporting.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problemática.....	8
1.2 Objetivos	9
1.2.1 Objetivo Geral	9
1.2.2 Objetivos Específicos	9
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Pressupostos.....	11
1.5 Estrutura do Trabalho	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Origem da Contabilidade	12
2.2 Contabilidade Pública	13
2.3 Contabilidade Bancária.....	15
2.4 Contabilidade Comercial	16
2.5 Contabilidade financeira.....	18
2.6 Contabilidade de Custos	18
2.7 Contabilidade Gerencial	20
2.8 Contabilidade Social	22
2.9 Contabilidade Rural.....	23
2.10 Contabilidade Ambiental.....	24
2.11 A origem e a função da ISO 14 000	26
2.12 Impactos da legislação Ambiental Brasileira Nas Empresas	27
2.13 Dano Ambiental	29
2.14 Fatos Ambientais.....	30
2.15 Ativo Ambiental	38
2.16 Passivo Ambiental.....	41
2.17 A Evidenciação	42
2.18 Contingências.....	43
2.19 Levantamentos de passivos ambientais	43
2.20 Mensuração do Passivo Ambiental	44
2.21 EIA – Estudos de Impactos Ambientais	44
2.22 RIMA – Relatório De Impacto Ao Meio Ambiente.....	45
2.23 Despesas de Natureza Ambiental	45

2.24 Receita ambiental	46
2.25 Demonstrações Contábeis no Brasil.....	46
2.26 Demonstrações contábeis adaptadas ao meio ambiente	46
2.27 Patrimônio Líquido Ambiental.....	47
2.28 Ganhos e perdas ambientais.....	47
2.29 Custos Ambientais	48
2.30 Balanço Social	49
3 METODOLOGIA	53
4 ESTUDO DE CASO	54
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXO	61

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o homem interfere na natureza de forma desordenada destruindo matas, florestas, animais e poluindo rios e o solo com inseticidas e outros tipos de degradação, fazendo sofrer o próprio homem e a sociedade a qual pertence.

O homem precisa conscientizar-se de que destruindo ou degradando o meio ambiente esta destruindo a si próprio. Em meio de tanta destruição vários projetos e legislação foram criados a nível nacional e internacional como medida para que o meio ambiente seja preservado a nível mundial.

A ECO-92 foi um desses trabalhos que repercutiu no mundo inteiro, com o intuito de buscar meios de adequar o crescimento socioeconômico com a conservação e proteção do ecossistema da terra. Nessa Conferência que foi realizada no dia 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foram reunidos mais de trinta mil participantes, todos com interesse de discutir os problemas ambientais existentes e suas possíveis consequências e debater formas de desenvolvimento sustentável (FRANCISCO 2012).

Na ECO-92, ficou acertado, que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento que seja sustentável inclusive com a redução dos padrões de consumo com essa decisão, a união tomou possível entre meio ambiente e desenvolvimento avançou. (TINOCO E KRAEMER, 2008)

A partir de então, muitas leis e normas mais severas foram criadas para que a degradação do meio ambiente fosse controlada por toda humanidade para que todos façam o uso sustentável dos bens naturais.

Com o advento da globalização, a informação gira pelo mundo na velocidade dos bytes da internet. Mesmo assim, temas como o socioambientalíssimo, apesar de conhecidos, são ainda na prática muito primários e, entre os vários temas que podemos citar, estão as formas de interpretação das legislações vigentes.

A ausência de conhecimentos sobre os recursos ambientais e mais ainda, a falta de investimento e pesquisa quanto ao real impacto ambiental que um certo seguimento econômico pode produzir, são os motivos para que as questões

ambientais ainda sejam tão inexploradas e que as leis sejam tão flexíveis deixando muitas interpretações viáveis e não sejam cumpridas.

Visando as questões de responsabilidade ambiental temos em questão um conjunto de atitudes individuais ou empresariais voltadas ao desenvolvimento sustentável do planeta.

São inúmeras ações consideradas ecologicamente corretas e muitas são difundidas em nosso meio em todo cotidiano como, por exemplo, a reciclagem de modo geral.

Dentre tais ações, em nosso caso específico estão o ato de tratar e reutilizar a água dentro do processo produtivo e a conscientização da real necessidade deste projeto.

Em Juína– MT não é diferente, tendo duas unidades frigoríficas, sendo uma do Frigorífico JBS e outra do Juína Frigorífico.

Aqui também vemos algumas flexibilizações com respeito a interpretação das leis, principalmente no que tange ao tratamento dos resíduos.

No município de Juína – MT, por estar localizado na floresta amazônica e ter tido incentivo para que estas terras fossem colonizadas todos que para aqui vieram foram derrubando matas, explorando os rios para retirar minérios existentes sem muita atenção a legislação.

Diante de tantos problemas relacionados a degradação do meio ambiente é que escolhemos este tema por acreditar que se trata de um assunto interessante e preocupante na atualidade tanto para a sociedade como para empresários que tem que obedecer a Legislação ambiental e cuidar da recuperação do meio ambiente e efetuar investimentos que previnem desgastes futuro ao meio ambiente e a sociedade.

1.1 Problemática

A responsabilidade social e ambiental de uma empresa estão aliados aos principais agentes de desenvolvimento econômico e seus avanços tecnológicos de

modo que todos os processos culminam em desenvolver novos processos de gestão ambiental.

Atualmente tem crescido o nível de consciência ambiental em nossa sociedade, com isso, empresas que investem no setor ambiental com ênfase na responsabilidade social têm seus produtos vistos com bons olhos, sendo assim mais valorizados.

Portanto, a gestão ambiental apesar de ser obrigatória e de consumir recursos e tempo também pode gerar lucros se usada de forma correta e responsável.

É em meio a este emaranhado de burocracias e desentendimento que surge a pergunta;

Como as empresas frigoríficas da cidade de Juína – MT calculam e registram contabilmente os custos dos impactos ambientais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Diante do quadro que se apresenta no âmbito sócio ambiental principalmente no que tange a aplicabilidade das leis e suas interpretações, vê-se a necessidade de organizar ideias, projetos e principalmente custos referentes a tais.

Dessa forma visamos nos aprofundar na questão sócio ambiental no âmbito empresarial é que surge o objetivo principal desta pesquisa. Demonstrar a forma pela qual as empresas frigoríficas de Juína – MT calculam e registram seus custos ambientais.

1.2.2 Objetivos Específicos

I Pesquisar e descrever sobre a conceitualização da contabilidade e suas diversas vertentes.

II Conceituar ativos ambientais, passivos ambientais e custos ambientais

III Demonstrar as formas de contabilização dos ativos, passivos e custos ambientais em consonância com as teorias.

IV Pesquisar junto as empresas frigoríficas da cidade de Juína – MT como calculam e registram contabilmente os custos dos impactos ambientais.

1.3 Justificativa

Todas as empresas do ramo frigorífico do Brasil estão sujeitas ao mesmo código ambiental e situação econômica nacional. Mas como a lei permite interpretações divergentes, faz-se necessária a pesquisa para constatação de que medidas ambientais são tomadas, como são contabilizadas e quais os impactos sociais e econômicos de tais ações.

A preocupação com o meio ambiente tornou-se necessária porque é de interesse de toda a humanidade conscientizar-se e não destruir o meio ambiente; pois sabemos que os recursos naturais são finitos.

A escolha desse tema se trata de um assunto importante e preocupante para a humanidade.

Com este trabalho verificou-se como as empresas frigoríficas na cidade de Juína - MT estão se adaptando as novas legislações ambientais e ou até mesmo tomarem conhecimento e evitar que sua empresa não cause impactos para o meio ambiente.

Este trabalho tem por objetivo o estudo de caso sobre custos ambientais realizados nas empresas frigoríficas de Juína- MT. e o que estas empresas estão fazendo para a melhoria dos impactos ambientais e se os resultados são positivos e se não forem que caminhos devem percorrer para que os mesmos se tornem positivos.

Além de ampliar meus conhecimentos sobre o uso sustentável do meio ambiente poderá contribuir para que as empresas frigoríficas e a sociedade Juinense se adaptem as legislações e normas vigentes, tomando precauções para não causarem impactos ambientais e dessa forma não tenham prejuízos e que seus custos ambientais sejam os menores possíveis e o lucro de suas atividades sejam

cada vez maior para que o município de Juína – MT e seus habitantes progrida cada vez mais na esfera nacional.

Portanto este trabalho é de extrema relevância, considerando a importância dos aspectos ambientais a serem observados pela contabilidade e que o mesmo poderá ser referência de estudo a quem interessar pelo assunto.

1.4 Pressupostos

A legislação vigente determina e ainda indica órgãos fiscalizadores da atividade frigorífica e demais que tenham relevante impacto ambiental. Os detritos produzidos por estas de acordo com a lei não pode de forma alguma prejudicar o meio ambiente. Para que não ocorra danos ao meio ambiente é necessário que as empresas invistam em projetos que protejam e/ou recuperem o meio ambiente.

Assim como pressuposto de nossa pesquisa, ensejamos a ideia de que as empresas frigoríficas de Juína – MT, calcular e registrar contabilmente os custos ambientais, utilizando os métodos contábeis de forma correta, assim como os cálculos, é feitos de acordo com as teorias descrevem.

1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho divide-se em cinco capítulos, sendo:

Capítulo I: Introdução: onde se destaca a contextualização problematização, objetivo geral e específicos, justificativa, pressupostos e por último a estrutura do trabalho;

Capítulo II: Referencial teórico: É através destas que o autor pode se certificar da autoria dos livros analisados;

Capítulo III: Metodologia: Demonstra os métodos com que foi realizado o trabalho;

Capítulo IV: Estudo de caso;

Capítulo V: Conclusão: Onde se busca responder aos objetivos e questões inicialmente levantadas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Origem da Contabilidade

A história da contabilidade inicia-se com a história da civilização humana e esta ligada a suas primeiras manifestações a partir da necessidade social e proteção a posse.

Desde que o homem primitivo deixou a caça e a pesca e passou a desenvolver a prática das atividades de pastoreio da agricultura houve a necessidade da realização da contabilidade pois o homem precisava registrar a produção dos seus bens pois até então o comércio era feito na base da troca, não havendo necessidade de registro.

O advento da revolução industrial no século XIX obrigou a contabilidade a tornarem-se mais efetivas e sistemáticas, pois as empresas passaram a produzir e vender bens industrializados e o registro de produto e venda destes bens tiveram que ser melhor controlados.

A contabilidade deixava então de registrar somente o que interessava a um único proprietário e agora surgiram sócios e investidores com interesse nas expedições e nos lucros; financiadores que buscavam retornos dos capitais emprestados acrescidos de juros e também o estado que passou a cobrar taxas das expedições e das empresas.

A contabilidade é a ciência que estuda as mutações do patrimônio líquido das empresas através dos registros dos atos e fatos administrativos e tem como a finalidade de fornecer dados e tem como objetivo o estudo, o registro e o controle do patrimônio, com a finalidade de fornecer dados a administração das empresas ou a terceiros sobre sua situação econômica com ou sem fins lucrativos.

Para Franco (1996, p.19):

O objetivo principal da Contabilidade, portanto, é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Em ambas as avaliações, todavia, as demonstrações contábeis constituirão elemento necessário, mas não suficiente. Sob o ponto de vista do usuário externo, quanto mais a utilização das demonstrações contábeis se referir à exploração de tendências futuras, mais tenderá a diminuir o grau de segurança das estimativas. Quanto mais a análise se detiver na

constatação do passado e do presente, mais acrescerá e avolumará a importância da demonstração contábil. (FRANCO 1996, p.19)

Com o passar do tempo, a contabilidade que era eminentemente financeira, passou a desenvolver custos, registros contábeis de outros tipos de empresas e passou a dividir-se em vários ramos como: contabilidade pública ambiental, bancária financeira, comercial e entre outras.

Conforme a estrutura conceitual básica da Contabilidade (1986)

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. (CONFORME A ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE – DELIBERAÇÃO CVM Nº 29 DE 5-2-86.)

2.2 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é o ramo das Ciências Contábeis que aplica na administração pública as técnicas de registros dos atos e fatos administrando, apurando, resultado elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiros (Lei nº 4320/64), os princípios gerais das finanças públicas e os princípios da Contabilidade.

De acordo com Benedicto (1973, p.35):

“É o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio à disposição das aziendas públicas, fornecendo os elementos para as tomadas de contas dos responsáveis por bens e valores e para a organização dos balanços parciais.” (BENEDICTO 1973, p.35)

A Contabilidade Pública está inteiramente ligada às esferas Federal, Estadual e Municipal através da Lei nº 4320/64 de 17 de março de 1964, que instituiu normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanços da União, dos municípios e Distrito Federal.

O objetivo da Contabilidade pública é fornecer aos gestores informações precisas para auxiliar nas tomadas de decisão e as funções da Contabilidade Pública: registrar a previsão da receita, e a fixação da despesa estabelecida no

orçamento público aprovado para o exercício, escriturar a execução orçamentária, fazer comparação entre a previsão e a realização das receitas e despesas, revela as variações patrimoniais, demonstra o valor do patrimônio e controla: as operações de créditos, a dívida ativa, os créditos, e as obrigações.

Conforme Angélico (2006, p.107):

A contabilidade pública, aplicando normas de escrituração contábil, registra a previsão das receitas, a fixação das despesas e as alterações introduzidas no orçamento. Examina as operações de créditos, exerce o controle interno, acompanhando passo a passo a execução orçamentária, a fim de que ela processe em conformidade com as normas gerais do Direito Financeiro. Compara a previsão e a execução orçamentárias mostrando as diferenças. Mostra a situação financeira do tesouro. Aponta em seus relatórios finais, o resultado da execução orçamentária e seus reflexos econômicos – financeiros. Mostra as variações patrimoniais resultantes ou não da execução orçamentária. Evidencia as obrigações, os direitos e os bens da entidade. Os relatórios contábeis são analisados por contabilistas, economistas e administradores, reunidos com o propósito de estabelecer as relações entre os resultados obtidos e os esperados. Tais estudos determinarão as retificações ou a reformulação da política econômica – financeira no novo período administrativo. (ANGÉLICO, 2006, p.107)

De conformidade com o artigo 85 a Lei 4320/64, a Contabilidade será organizada de modo a permitir:

- I O acompanhamento de execução orçamentária;
- II O conhecimento da composição patrimonial;
- III Determinação dos custos dos serviços industriais;
- IV O levantamento dos balanços gerais; e
- V A análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Conforme o art. N°83 da lei 4320/64. “[...] A Contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos de qualquer modo; arrecadam receitas, efetuam despesas, administram ou guardam a bens a ela pertencentes ou confiados”.

O Objeto das Ciências Contábeis no seu sentido mais amplo é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade pessoa física ou jurídica.

De acordo com a Resolução CFC (Conselho Federal Contabilidade) nº1128/2008, entende-se como patrimônio público:

“O conjunto de direitos e bens, tangíveis e intangíveis, onerados ou não, recebidos, adquiridos, formados, produzidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presentes ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou a exploração econômica por entidades públicas e suas obrigações”.(RESOLUÇÃO CFC nº1128/2008).

De acordo com o Código Civil, Lei nº10406/02, artigo 99, são bens públicos:

I Os bens de uso comum do povo, tais como: rios, mares, estradas, ruas e praças.

II Os bens de uso especial: edifícios e terrenos destinados a serviço ou estabelecimentos da administração pública Federal, Estadual, Municipal inclusive os de autarquias;

III Os bens dominicais que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, com o objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.

A Resolução do CFC nº 1137/2009, estabelece que:

Os bens de uso comum que observaram ou absorvem receita s públicas, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, esteja aberto a sua entidade operacional. (RESOLUÇÃO CFC nº 1137/2009).

Desta forma podemos observar a importância da Contabilidade Pública para administrar as empresas públicas as quais exigem atenção e responsabilidade.

2.3 Contabilidade Bancária

É através da contabilidade bancaria que é registrada a informação dos valores que circulam nas empresas de créditos, possibilitando aos gestores a melhor tomada de decisão.

Aloe (1975, p.42) diz que a contabilidade bancária “É um conjunto de conhecimentos que registra, controla, apura e analisa os fatos de gestão das empresas de crédito.”

Dessa forma os gestores podem avaliar quais serviços e produtos podem oferecer aos seus clientes.

O objetivo da contabilidade bancária é cuidar do patrimônio para suas ações auxiliam as empresas de crédito na geração de lucros.

2.4 Contabilidade Comercial

A Contabilidade Comercial surgiu na Antiguidade e até hoje é primordial em todo o mundo para o desenvolvimento do comércio e auxilia os gestores das empresas gerirem seus negócios de forma correta e segura.

Para Sá (1997, p.16):

A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela, talvez por isso, quase sempre seus progressos coincidiram com aqueles que caracterizam os de evolução do homem. (SÁ.1997, p.16).

O objetivo da Contabilidade Comercial é fornecer dados precisos e coerentes através da análise das atividades contábeis da empresa que possam nortear as decisões dentro desta, diminuindo o percentual de erros e aumentando as chances de sucesso da entidade.

Conforme Iudicibus (2007, p. 03):

Entende-se por comércio a troca de mercadorias por dinheiro ou de uma mercadoria por outra. A atividade comercial é inerente a natureza e as necessidades humanas, pois todos temos necessidades e, se não existisse moeda, trocaríamos bens que temos em excesso por outros que não possuímos. A atividade comercial é das mais importantes, pois permite colocar à disposição dos consumidores, física ou economicamente delimitados, grande variedade de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades humanas. Neste sentido, diz-se, também, que o comerciante é a pessoa física ou jurídica que aproxima vendedores e compradores, levando-os a completar uma operação comercial, ou seja, a troca de mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias. (IUDICIBUS. 2007, p.03).

A Contabilidade Comercial é praticada por pessoas físicas ou jurídicas com o intuito de gerar lucro e está ramificada da seguinte maneira: contabilidade Mercantil, Contabilidade Industrial e Contabilidade de serviços onde podem ser diagnosticadas

partes imprescindíveis, como: as sociedades comerciais, noções de comércio, tributação das empresas etc.

Franco (1986, p.32) conceitua Contabilidade Comercial como:

O ramo da contabilidade aplicado ao estudo e ao controle do patrimônio das empresas comerciais, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado decorrente da atividade mercantil.(FRANCO. 1986,p.32).

Com o crescimento da civilização e em consequência a do comércio vários ramos de atividades econômicas surgiram e foi necessário a organização das práticas comerciais entre elas a Contabilidade Comercial.

A Contabilidade Comercial é uma Subdivisão da Contabilidade que mede o patrimônio comercial, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações do comerciante.

Para Franco (1986,p.32):

É o ramo da contabilidade aplicado ao estudo e ao controle do patrimônio das empresas comerciais com o fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da atividade mercantil. (FRANCO.1986, p 32).

As principais razões da existência e importância da Contabilidade Comercial são: a funcionalidade de mostrar de forma clara e organizada o histórico das atividades da empresa, interpretar resultados de maneira ordenada e com coerência e produzir com precisão relatórios informativos para nortear a tomada de decisão com relação às necessidades da empresa.

A fim de acompanhar a variação quantitativa e qualitativa do patrimônio de tais entidades, é importante também entender o quadro econômico e jurídico mais amplo dentro do qual operam, bem como algumas características essenciais de sua gestão.

2.5 Contabilidade financeira

É a contabilidade praticada por gestores financeiros das empresas baseadas especialmente num fluxo de caixa onde são computadas as disponibilidades, as contas a pagar e a receber da empresa ou de qualquer outras entidades com ou sem fins lucrativos. Dando aos gestores uma visão ampla da situação financeira de suas empresas e ou das que administram.

Para (PADOVEZE 2004, p.39) aponta que “contabilidade financeira está relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização”.

2.6 Contabilidade de Custos

A Contabilidade de custos surgiu a pós a Revolução Industrial no século XVIII, com o crescimento amplo do número de empresas industriais , com a finalidade de atender os procedimentos contábeis que ampliaram com o aumento das empresa s industriais.

Até a Revolução Industrial as operações comerciais e os bens eram revendidos a partir de um custo já definido, pois até então só existia a Contabilidade Financeira.

Com o crescimento das indústrias novos mecanismos tiveram que ser criados para levantar o custo unitário do produto que era produzido internamente através do processo produtivo.

Assim podemos dizer que a contabilidade de custos surgiu da adaptação e definição de procedimentos contábeis

Viceconti e Neves (1998,p.06) destacam:

A Contabilidade de Custos, nos seus primórdios, teve como principal função a avaliação de estoques em empresas industriais , que é um procedimento muito mais complexo do que nos comerciais , uma vez que envolve muito mais que a simples compra e revenda de mercadorias. São feitos pagamentos a fatores de produção tais como salários, aquisições e utilização de matérias primas. (VICECONTI E NEVES 1998,p.06)

Conforme Viceconti e Neves (1998) são funções da Contabilidade de Custos:

1. Avaliação do estoque e dos custos dos produtos vendidos;
2. Avaliação das imobilizações próprias;
3. Elaboração do orçamento, plano de vendas e produção;
4. Preparo de estudos de viabilidade econômica;
5. Formação de preço de venda;
6. Medição de desempenho.

Para melhor entendermos a Contabilidade de Custos é preciso conhecer a terminologia que a constitui:

Custos são os gastos relacionados ao uso de recursos empregados na produção de outros bens de serviços com a finalidade de crescimento e desenvolvimento de uma empresa.

De acordo com Viceconti e Neves (1998), são exemplos de custos:

- I. Matéria prima consumida no processo;
- II. Consumo de materiais auxiliares;
- III. Utilização de mão de obra no processo de reprodução;
- IV. Uso de embalagem;
- V. Aluguéis de instalação de fábrica;
- VI. Utilização de serviços de suporte de administração;
- VII. Consumo de energia no processo;
- VIII. Contratação de seguro fabril;
- IX. Manutenção de máquinas e equipamentos de fábrica, controle de qualidade etc.

Para que o gasto seja considerado custo é necessário que ocorra consumo do bem ou utilização do produto. O custo se dá com o uso dos fatores de produção.

Para (NASCIMENTO, 2001, p.26) “custo é o somatório dos bens de serviços consumidos ou utilizados na produção de novos bens ou serviços traduzidos em unidades monetárias”.

Os gastos podem ser assim definidos segundo Martins (1945)

- I. Investimento;
- II. Custos;
- III. Despesas e
- IV. Perda

As despesas é um gasto relacionado ao consumo de bem ou utilização de serviço com a finalidade de gerar receita.

As perdas são gastos que ocorrem quando o consumo de recursos é indesejado em razão das consequências financeiras. Elas podem ser classificadas em:

Perdas produtivas ou normais são as que ocorrem inerentes ao processo.

Perdas improdutivas ou extraordinárias.

Investimento são gastos oriundos da aplicação de alguns tipos de recurso em expectativa de receber algum retorno futuro superior ao aplicado na Contabilidade de custo correspondem ao conjunto de méis á disposição da empresa.

O surgimento da Contabilidade de Custos foi importante porque ampliou a abordagem da Contabilidade.

2.7 Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial utiliza de temas de outras disciplinas e se caracteriza por ser uma área contábil, enfocando planejamento, controle e tomada de decisão dentro de um sistema de informação contábil. Ela esta relacionada com o fornecimento de informações para os administradores e tem o objetivo de fornecer informações para que os gerentes possam decidir qual o melhor caminho para a empresa.

Conforme Iudicibus (1980,p.15):

Pode ser caracterizada superficialmente, como um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços e etc., colocados numa perspectiva diferente, num

grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades no seu processo decisório.

A contabilidade gerencial num sentido mais profundo, esta voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador. . (Iudicibus.1980, p.15)

Iudicibus (1980) define funções da contabilidade gerencial como:

- I. Ser utilizada como uma importante ferramenta no processo de tomada de decisão garantindo que as informações cheguem às pessoas certas no tempo certo através da síntese e análise da informação.
- II. Fazer planejamento perfeito, controlar as atividades da empresa e organizar o sistema gerencial a fim de permitir a administração, ter conhecimento dos fatos ocorridos e seus resultados, a contabilidade gerencial tem como usuários: externos e internos:
- III. Usuários externos são aqueles que utilizam as informações fornecidas pelos demonstrativos contábeis mas não fazem parte da empresa; como: os bancos, fornecedores, clientes e principalmente os investidores.
- IV. Usuários internos são os sócios, diretores ou até mesmo donos das empresas que utilizam as informações dos relatórios e \ou demonstrativos da contabilidade gerencial para tomarem decisões que levem a melhorar o desempenho da empresa e assim melhorar os seus ganhos pessoais e\ou profissionais.

Segundo Padoveze (1997, p.25):

Está relacionada com o fornecimento de informações para os administradores – isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela sua organização e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser cadastrada com a contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização. (PADOVEZE,1997, p.25)

Para Padoveze (1997) as principais ferramentas da contabilidade gerencial são:

- I. Fluxo de caixa é uma ferramenta primordial para auxiliar o administrador da empresa nas tomadas de decisões. É através do fluxo de caixa dos custos fixos e variáveis ficam evidentes permitindo um controle efetivo sobre determinadas questões empresariais.
- II. Custeio direto ou variável: é um método de custeio usado para alocação de custos variáveis ao produto.
- III. Custeio por absorção apura o valor dos custos dos bens ou serviços, tomando com base todos os custos da produção incluindo todos os custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. Consistem em atribuir os produtos fabricados todos os custos da produção de forma direta ou indiretos sendo assim todos os custos são absorvidos pelos produtos.
- IV. Orçamento refere-se as receitas e despesas de um individuo, organização ou governo a um período de execução (ou exercício) determinado; geralmente anual, mas que também pode ser mensal, trimestral, plurianual, etc. O orçamento deriva do processo de planejamento da gestão.

A administração de qualquer entidade publica ou privada com ou sem fins lucrativos, deve estabelecer objetivos e metas para um período determinado, ,materializado em um plano financeiro, isto é contendo valores em moeda, para devido acompanhamento e avaliação da gestão.

2.8 Contabilidade Social

Conforme Vasconcellos e Garcia (2014,p.122) contabilidade Social: “é o registro contábil da atividade produtiva de um país ao longo de um dado período de tempo”.

A contabilidade social é basicamente uma metodologia, ou seja, um ramo da ciência contábil que serve para registrar e quantificar, os agregadores macroeconômicos (produto e renda) de forma coerente e sistemática. Tem como objetivo produzir informações sobre os impactos sociais e a elaboração de um sistema de contas nacionais.

As contas nacionais é uma teoria que tem como objeto representar e quantificar a economia de um país. O esquema descritivo via reproduzir os

fenômenos essenciais do circuito econômico; a saber: produção, geração de renda, consumo, financiamento, acumulação e relações com resto do mundo.

O seu conhecimento é fundamental para entender esta teoria macroeconômica e como analisar empiricamente os fenômenos macroeconômicos que interferem a nível total da renda e do produto de uma economia.

Contas Satélites: Supre as necessidades de desenvolver as capacidades de análise da contabilidade nacional em áreas sociais e ambientais sem sobrecarregar ou adulterar os sistemas central das contas.

Vasconcellos e Garcia (2014,p.122) concluem que a “contabilidade social procura definir e medir os principais agregados a partir de valores já realizados ou efetivados”.

É através da contabilidade social que obtém-se um retrato da realidade econômica e social dos países ou regiões que permite acompanhar como crescem e se desenvolvem ao longo do tempo.

2.9 Contabilidade Rural

Contabilidade Rural é o ramo da contabilidade que estuda o patrimônio rural.

Para Marion (2005,p.26) “Contabilidade Rural: é a Contabilidade Geral aplicada às empresas rurais”.

Estuda ativos (caixa, cabeça de gado, terra, tratores, fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas, etc.), passivos (empréstimos bancários, dívidas trabalhistas, etc.) e patrimônio líquido (capital, reservas, etc.).

A Contabilidade Rural tem características próprias: longo e curto prazo para este tipo de empresa torna-se maiores que das empresas convencionais e a presença mais frequente da reserva de contingência nos balanços patrimoniais, por causa da vulnerabilidade do setor rural as incertezas do clima (geadas, seca, granizo e etc.).

Os registros contábeis da área rural devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas com obediência aos princípios fundamentais da contabilidade.

Para facilitar a administração dos bens produzidos em cada área de sua produção.

2.10 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental é ramificação da Contabilidade tradicional que tem o foco de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômicas e financeiras que estejam relacionadas com a proteção, preservação e recuperação ambiental e o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações expressas monetariamente.

A contabilidade ambiental como ciência apresenta condições, por sua forma sistemática de registro e controle, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente.

A Contabilidade Ambiental tem como finalidade atender à sociedade em geral, por meio das demonstrações e relatórios, informando a atuação da empresa no que diz respeito ao meio ambiente. Através dessas informações, é elaborado um relatório, chamado de “Balanço Social”, que foi feito pela primeira vez nos anos 70. Em um balanço social, pode-se evidenciar o quanto a empresa está investindo nos cuidados com o meio ambiente, na aquisição de instalações e equipamentos de proteção ao meio ambiente, na eliminação de desperdícios (Carvalho, 2000).

Seu objetivo é propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial das respectivas entidades, quantificado em moeda..

A partir dos anos 70, a preocupação com o meio ambiente passou a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada, mas de responsabilidade globalizada.

A Primeira Confederação Mundial sobre o Meio Ambiente foi realizada em Estocolmo em 1972, com repercussão internacional, e foi um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos.

Em 1975, foi realizado um Seminário Internacional de Educação em Belgrado, com a participação de vários países e resultados na Carta de Belgrado, cujo o conteúdo pode ser assim resumido:

- I. Qualidade de vida ligada felicidade humana;
- II. Preservação e melhoria das potencialidades humana e
- III. Desenvolvimento de bem estar social e individual.

Todos esses itens são subordinados á harmonia com o Meio Ambiente, biofísico e antrópico.

Esse documento propunha que qualquer ação a de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental. Mas era preciso:

- I. Conscientizar os cidadãos de todo o mundo sobre o problema;
- II. Disponibilizar acesso a conhecimento específico sobre o meio ambiente;
- III. Promover atitudes para a preservação;
- IV. Desenvolver habilidades específicas para ações ambientais;
- V. Criar uma capacidade de avaliação das ações e programas implementados e;
- VI. Promover a participação de todos na solução dos problemas.

Os programas de educação ambiental a serem desenvolvidos pelos países deveriam conscientizar as crianças sobre a importância de cuidar do meio ambiente. Porém só a conscientização não seria suficiente para ações efetivas. Então seria fundamental a disseminação de um conhecimento adequado da ciência ambiental. Conscientização e conhecimentos, juntos, poderiam realmente promover atitudes corretas e o desenvolvimento de habilidades específicas para a solução de problemas futuro.

O grande desafio da educação ambiental foi, então, dividido em quatro tópicos:

- I. Conscientização;
- II. Sensibilização;
- III. Responsabilidade social e
- IV. Desenvolvimento sustentável.

Tudo isso para manter o grande desafio da humanidade que é o de continuar a viver.

Em Estocolmo, em 1988, outra reunião foi realizada, mas foi e em 1992, na ECO-92, ou United Nations Conference on Environment and Development, realizada na cidade do Rio de Janeiro, que estabeleceu um compromisso maior dos países participantes com o assunto e onde os conceitos de “Ambientalmente correto” e de desenvolvimento sustentável”, tomando maior dimensão e fazendo parte do dia-a-dia das sociedades civilizadas e do cotidiano de um número maior de empresas.

O documento da ECO-92, conhecido como Agenda 21, trata da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas.

2.11 A origem e a função da ISO 14 000

A ISO (International Standards Organization) é uma federação mundial, fundada em Genebra, na Suíça, para promover o desenvolvimento de normas internacionais na indústria, comércio e serviços. Ela é constituída por órgãos membros de mais de 110 países. Ela foi desenvolvida a partir do Grupo de Aconselhamento Estratégico sobre o meio ambiente, estabelecido em 1991 para fazer recomendações. Várias reuniões foram realizadas para o estudo da ISO com cerca de 200 delegados com representação de 30 países.

Destas reuniões surgiu o TC 207, que foi encarregado do desenvolvimento de uma norma ambiental global, que servirá para promover:

- I. Um enfoque comum a Gerenciamento Ambiental,
- II. Melhoria da medição do desempenho ambiental.
- III. Facilitação do comércio internacional.

A Sessão Primária do TC 207 foi em Toronto, Canadá, no mês de junho de 1993 e anualmente reúne-se para revisar o andamento de seus sub comitês (SC), no desenvolvimento de normas da série ISO 14000.

A Organização das Nações Unidas tem sido uma das mais ativas instituições no desenvolvimento e apoio a trabalhos que visem a preservação do meio ambiente.

Nas reuniões de comitês e especificamente no Grupo Intergovernamental de especialista sem padrões de Contabilidade tem-se discutido a questão da área contábil e financeira.

A grande preocupação presente nestas reuniões é com o desenvolvimento de um quadro teórico referencial para uma contabilidade voltada para a sustentabilidade. Outra preocupação é que ao se buscar a padronização internacional dos procedimentos contábeis, não se deixe à margem da discussão a questão a questão ambiental.

Historicamente, a Contabilidade do Meio Ambiente (Ambiental) passou a ter status de um novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais” pelo grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAP – United Nations International Standards of Accounting and Reporting).

2.12 Impactos da legislação Ambiental Brasileira Nas Empresas

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 225 prescreve que:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações.(C.F.B/88 art.225)

A Lei Número 9605/98, dispõe sobre crimes ambientais e apresenta alguns pontos importantes como fato a ser julgado culpado penalmente o representante legal de infração cometida pela organização, sem extinção da pena nos casos em que a reparação do dano for comprada e como pena acessória a liquidação da empresa, quando cabível. Ainda contempla que os atuais proprietários e acionistas de uma organização também são responsáveis por danos cometidos pelos antigos proprietários cabendo o direito de regresso. Tal fato implica em restrição e necessidade de avaliações cautelosas nos casos de fusão, aquisição

E incorporação de empresas que detêm passivos ambientais, impactando diretamente no risco do negócio e no valor monetário da empresa.

Também desconsiderou a personalidade jurídica da empresa, podendo, os danos materiais, serem reparados pelos sócios.

A legislação ambiental brasileira é apreciada por especialistas como bastante avançada, classificando como crimes ambientais inafiançáveis os danos contra a natureza.

Tinoco & Kraemer (2004, p.148) mostra que as inovações trazidas pela Contabilidade Ambiental estão associadas a pelo menos a três temas:

- a- Definição de custos, despesas operacionais e processos ambientais;
- b- Forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; e - Utilização intensiva de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais -eco- indicadores de informações ao público. (TINOCO & KRAEMER, 2004, p.148)

Diante da crescente escassez dos recursos naturais e da degradação da natureza em todo o mundo os debates estão sempre presentes no setor econômico, político e social sobre tais situações e as medidas necessárias a reversão deste quadro. Daí a necessidade de se conhecer o problema não somente seus aspectos mais amplos, mas também os específicos: boa parte da degradação ambiental é decorrente dos seus próprios entes de produção de bens e serviços.

Para Ribeiro (1992, p.65):

A contabilidade ambiental é importante para ratificar a preocupação a preocupação tanto com os aspectos sociais e econômicos que envolvem as atividades das organizações quanto com a produtividade necessário para o mercado consumidor, além de preocupar-se com os recursos humanos utilizados na manutenção de atividades, tais como as culturais , do lazer, educacionais, de preservação e controle do meio ambiente". (RIBEIRO.1992, p.65)

Para as tomadas de decisões e avaliação regular de tais políticas ambientais, a Contabilidade é imprescindível, pois gera informações relevantes aos administradores de qualquer entidade. Eis algumas vantagens da utilização da Contabilidade Ambiental:

- I. Identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos;
- II. Permite aferir, economicamente, as relações de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não;

III. Gera informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais;

IV. A publicação de balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público;

V. A contínua correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físico-contábeis, contribui pra a sociedade como um todo, pois haverá redução do nível de agressão á natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

Segundo Carvalho (2000,p.79):

O balanço social deve ser elaborado e divulgado de forma a apresentar uma imagem de empresa que venha atrair tanto o consumidor quanto os investidores , o financiador, o acionista e o agente de seguro para negociação mais lucra para a empresa; uma vez que esta apresenta menor risco (CARVALHO.2000, p. 79).

2.13 Dano Ambiental

Dano é toda lesão de a um bem juridicamente protegido, causando prejuízo de ordem patrimonial ou extrapatrimonial.

Durante muito tempo a preocupação com os danos ambientais não era tão grande, pois as pessoas pensavam que os recursos naturais eram infinitos, jamais acabariam, água, matas e solo; e com isto não se preocupavam com os danos que causavam ao meio ambiente ao retirar do mesmo a garantia se sobrevivência e enriquecimento sem muita preocupação em substituir os bens as quais haviam retirado do meio ambiente.

Com tanto extrativismo, poluição dos rios e do ar com fumaças, empobrecimento e devastação do solo, a sociedade passou a exigir melhorias na questão sobre a degradação ambiental a responsabilidade pelos danos causados pelo meio ambiente. Este deixaram de ser responsabilidade exclusivas dos órgãos oficiais, sendo compartilhada por todos os setores da sociedade.

Para Edis Milare (2007, p.35), “dano ambiental é a lesão aos recursos ambientais com a consequente degradação – alteração adversa ou prejuízo do equilíbrio ecológico e da qualidade ambiental.”

Segundo Cecilia Braga (1997, pg. 28) “A classificação dos danos ambientais atendem aos impactos provocados por indivíduos de forma direta ou indireta no meio ambiente e todos os elementos com ele correlacionados”.

Diante da visão legal do direito ambiental instituída no Brasil em nível Federal, Estadual e Municipal, as empresas e pessoas devem evitar todos os tipos de danos citados; mas é indispensável que o sistema jurídico adote meios de recuperação e punição do dano ambiental, bem como mecanismos que possibilitem uma rápida e adequada reparação dos danos que forem causados ao meio ambiente, porque o meio ambiente não é um bem divisível, sua proteção e manutenção de qualidade é dever e direito de todos, das gerações presentes e futuras.

2.14 Fatos Ambientais

Os problemas ambientais ocorrido em todo mundo criam uma certa indignação de toda a sociedade civil, desenvolvem estudos, debates e críticas ao processo de produção e degradação ambiental que vem trazendo em todo mundo e para a humanidade. Vários fatos ocorreram em décadas diferentes contribuindo dessa forma para a criação e o fortalecimento da educação ambiental e ampliações das leis e normas que protegem o meio ambiente. Eis alguns fatos que contribuíram para o desenvolvimento das legislações segundo Tinoco e Kraemer (2008):

1930: Ocorreu na Bélgica o primeiro grave acidente ambiental que matou 70 (setenta) pessoas e centenas de outras pessoas ficaram enfermas no final de 5 (cinco) dias, após densa nevoa cobrir uma área industrial com grande concentração de poluentes no ar provenientes de emissões atmosféricas das indústrias associadas as condições climáticas desfavoráveis.

Tinoco e Kraemer (2008,p. 36) afirma que em 1950 – 1960 “[...] Poluição atmosférica de origem industrial provocou muitas mortes em Londres e Nova York.”

Em 1957 ocorre o primeiro acidente com o reator nuclear em Tcheliabinski(antiga União Soviética), justamente no momento em que o crescimento econômico contribuía para o consumo e que a possibilidade do uso da energia nuclear tornava remota a preocupação o a escassez de recursos, principalmente a escassez energética.

Na década de 60 foi que a situação do descaso as emissões poluentes começou a mudar.

1972: Conferencia de Estocolmo, Suécia, discussão do desenvolvimento e ambiente, conceito do eco desenvolvimento. Foi o acontecimento relevante para a humanidade, pois contou com a participação de representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e de vários organismos da ONU.

Em 1973 foi criada no Brasil a secretaria especial do meio ambiente (SEMA), que constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual de natureza substantiva, e tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agraria – fundiária, de controle de erosão e de saneamento ambiental entre vários objetivos. (nos termos das leis, Julho 2001).

1977: Ocorreu um dos eventos mais importantes para a educação ambiental em nível mundial: a conferencia intergovernamental em educação ambiental, em Tblisi na Georgia, Estados Unidos que constitui até hoje, o ponto culminante do programa internacional de educação ambiental.

Nesta conferencia foram definidos os objetivos e estratégias pertinentes em nível nacional e internacional.

Os princípios básicos da educação ambiental é a importância da relações natureza – sociedade. Acredita-se que a educação ambiental é elemento essencial para uma educação global, orientada para a resolução dos problemas ambientais da comunidade humana.

A partir desta Conferência a sensibilidade diante do meio ambiente que aumentou entre a sociedade pois as escolas desenvolveram muitos trabalhos, vídeos, filmes, jornais e revistas e meios de comunicação passaram a divulgar com mais precisão a degradação e devastação que ocorria no meio ambiente.

Na década de 80, criaram leis que regulamentam a atividade industrial relacionadas a poluição.

Neste mesmo período foi formalizada a realização de estudos de impacto ambiental e relatórios de impactos sobre o meio ambiente (EIA – RIMA), com

audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo. (TINOCO E KRAEMER, 2008)

Em 1983, no Brasil, o decreto nº 88.351/03 que regulamenta a lei 226/87, determinou a necessidade da inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus.

1985: É descoberto o buraco na camada de ozônio na Antártida, em reunião na cidade de Villach, Áustria, e concluído que há um crescimento de dióxido de carbono e outros gases de estufa na atmosfera e prevê-se o aquecimento global.

1986: na Basileia, Suíça, um incêndio numa fábrica de produtos químicos derramou 30 toneladas de pesticida no Rio Roma. Esse acidente seria poluição em três países: Alemanha, França e Holanda, afetando uma faixa de 193 km de rio na época, foram estimados cerca de 500.000 peixes e centenas de enguias mortas.

Em 1987, realizou-se o congresso internacional sobre Educação Ambiental e formação relativa ao meio ambiente, em Moscou, capital da Rússia.

No Brasil, neste mesmo ano no mês de setembro. Em Goiânia, desapareceu uma capsula de césio 137 do instituto goiano de radioterapia. Com a mudança do instituto foram abandonados alguns aparelhos de radioterapia, vendidos como sucatas a um ferro velho. O dono do ferro velho ao abrir a capsula liberou pó radioativo em pouco tempo depois, as pessoas que frequentavam o local começaram a apresentar os sintomas básicos de contaminação, que são queimaduras por todo o corpo, vômitos e diarreia. Com esse acidente, 110 pessoas foram contaminadas e 4 (quatro) mortos.

1989: O petroleiro Exxon Valdez chocou-se com rochas no estreito Canal Príncipe Willian, no Alaska, em março de 1989. Poucos dias após o acidente, 42 mil toneladas de petróleo espalharam-se, formando uma imensa mancha. Nas costas do Alaska, 1200 km foram atingidos pelo petróleo. Foram contabilizados mais de 23,000 e aves aquáticas mortos, mais 200 águias pertencentes a espécie em extinção foram atingidas e mais de 1000 lontras marinhas sufocadas sem cantar com o envenenamento de peixe, Camarões, que ameaçou a sobrevivência de muitos pescadores da região. Após dez anos desta catástrofe o Alaska ainda não recuperou-se.

Para minimizar o desastre a empresa já gastou US\$ 2,5 bilhões, mas o prejuízo não é só financeiro. O petróleo mata ou debilita animais e vegetação e qualquer forma de vida que encontra pela frente. Até hoje, passa de anos o mar deixa uma marca oleosa nas rochas; isto dificulta a recuperação de animais e plantas locais.

Em 1992 foi realizado no Brasil, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e desenvolvimento, ECO-92: o objetivo era encontrar medidas que coincidissem crescimento econômico e social com preservação do meio ambiente. Nesta conferência foi criada a agenda 21 que é um conjunto de resoluções, tendo como principais temas:

- I. Controle a pobreza;
- II. Cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável;
- III. Sustentabilidade e crescimento demográfico;
- IV. Proteção da atmosfera;
- V. Planejamento e ordenação no uso de recursos da terra;
- VI. Combate ao desmatamento das matas e florestas do mundo;
- VII. Combate à desertificação e seca;
- VIII. Preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis;
- IX. Desenvolvimento rural com sustentabilidade;
- X. Preservação de recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta;
- XI. Conservação da biodiversidade no planeta;
- XII. Tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos e radioativos);
- XIII. Fortalecimento das ONGS na busca do desenvolvimento sustentável;
- XIV. Educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente. (TINOCO E KRAEMER, 2008).

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, organizadora do evento, participam da ECO-92, 114 chefes de estado, 179 países, dez mil jornalistas de todo mundo e mais de quinhentos mil pessoas, visitantes. Em 1990, os países

desenvolvidos começaram a ser cobrados para criarem ferramentas que identificassem e avaliasse seus impactos ambientais.

A American Petroleum Institute (API) instituto fundado pela indústria de petróleo americano criou (1990), a Strategies for Today's Environmental Partnership (STEP), tendo como objetivo principal desenvolver um guia para a indústria de petróleo americana que propiciasse um melhoramento de seu desempenho ambiental, de saúde e segurança.

No início da década de 90, o Banco Mundial também deu sua parcela de contribuição. Ele financiou um estudo de estratégia de avaliação de impactos ambientais associados a relação custo-benefício.

Ainda na década de 90, houve grande evolução em relação à consciência ecológica e expressão "qualidade ambiental" passou a fazer parte do cotidiano das pessoas.

O MEC (Ministério de Educação e Cultura) determinou que a educação escolar deveria contemplar a educação Ambiental em todo o currículo dos diferentes níveis e modalidade de ensino, através da portaria nº 678/91.

Em 1991, foi publicada a carta empresarial para o desenvolvimento sustentável pela câmara internacional do Comércio (ICC).

Nesta mesma época foi lançado o documento: "Mudando o Rumo: uma Perspectiva empresarial sobre desenvolvimento e meio ambiente" pelo Business Council on Sustainable Development (BCSD).

Em 1991, foi criada a norma internacional de proteção ambiental ISO 14000.

A ISSO (International Organization for Standardization) constitui o grupo estratégico consultivo sobre o meio ambiente (SAGE).

Segundo Campos (2001), esse grupo tinha por finalidade promover uma abordagem comum a gestão ambiental semelhante a gestão de qualidade; aperfeiçoar a capacidade das organizações para alcançar e medir melhorias no desempenho ambiental, assim facilitando o comércio e removendo as barreiras comerciais.

Em maio de 1991, foi criada na Alemanha uma lei que exigia dos fabricantes que assumissem toda e qualquer responsabilidade pela reciclagem e disposição

final das embalagens de seus produtos. Outros países europeus, como a Suécia e a Holanda, também iniciaram ações no sentido de promover a reciclagem de produtos e embalagens.

Em março de 1992, foi publicada a norma Britânica BS 7750- Specifications For Environmental Manogement Sustems, que entrou em vigor em janeiro de 1994. Essa norma foi muito importante para a gestão ambiental, sendo uma forte referencia para quase todos os sistemas existentes.

Em 1992, foi criado o conselho da terra, para atuar como um ponto focal para a implementação da ECO-92 e como um elemento de ligação entre os vários conselhos nacionais ligados aos desenvolvimentos sustentável.

No mesmo ano, 1992, o SAGE autorizou que o conselho técnico da ISO encarregasse um novo comitê técnico, o TC 207, do desenvolvimento de normas internacionais para gestão ambiental. São incluídos nesse comitê representantes da indústria, organizações normativas, governamentais e ambientais, tendo como membros participantes de 40 países.

Em 1992, foi estabelecido pelo regulamento da comissão da comunidade europeia nº1876/93, de 29 de março, o sistema comunitário de Eco-gestão e auditoria, que representa uma nova abordagem a proteção ambiental através do recurso a mecanismos de mercado, definido os critérios para certificações ambientais de processos indústrias foram incluídos a esses critérios um sistema de gestão e de auditoria; padrão de desempenho; verificações por terceiros; e declarações publicas após uma revisão ambiental inicial e conclusão de cada auditoria. Esse sistema começou a operar a partir de 1995.

Em 1993, o Presidente dos EUA anunciou a criação do PCSD (President's Council for Sustainable Development). Também acontece nesse ano a primeira reunião da comissão das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável e a Conferencia Mundial dos Direitos Humanos, onde os governos reafirmam seus compromissos com os direitos humanos.

1994- e realizado na cidade Mexicana de Guadalajara I congresso Ibero – americano de Educação ambiental.

Em 1995, com a execução de Ken Saro Wiwa na Nigéria, e chamada a atenção do mundo para as inter-relações existentes entre direitos humanos, justiça ambiental, segurança e crescimento econômico.

Nesse mesmo ano, em Copenhague é realizado o Fórum Mundial para o Desenvolvimento social, e a comunidade internacional pela primeira vez expressa um compromisso claro em erradicar a pobreza absoluta.

Também é criada a organização Mundial do Comércio (OMC), que é um reconhecimento formal das relações entre o Comércio, o desenvolvimento e o ambiente.

Em 1996, a ISO 14001 passa a ser NBR ISO 14001, Sistema de gestão ambiental- especificação e diretrizes para uso, e começa a ser adotada voluntariamente como ferramenta para o gerenciamento ambiental corporativo.

1997; Conferência internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sensibilidade, Grécia.

Também em 1997, ocorreu a Convenção de Mudança Analítica das nações Unidas, onde foi aprovado o protocolo de Kyoto, numa reunião realizada na cidade japonesa de Kyoto. O objetivo foi discutir a estabilização da concentração de gases que contribuem para o efeito estufa na atmosfera, visando a um nível que possa evitar uma interferência perigosa com sistema climático, assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e possibilitar que o desenvolvimento econômico se de forma sustentável. (TINOCO E KRAEMER, 2008)

Este protocolo funciona como adendo a Convenção do Clima e estabeleceu como meta a redução das emissões de gases poluentes dos países industrializados em 5,2% até 2012, sobre os níveis existentes em 1990.

Em 1999, o fato importante foi a criação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, e traz entre seus objetivos fundamentais a necessidade do desenvolvimento de uma compreensão integrada do Meio Ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; do estímulo e fortalecimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, do incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do equilíbrio do Meio ambiente,

entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável da cidadania; do fenômeno e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; autodeterminação dos povos e solidariedade com fundamentos para o futuro da humanidade.

No ano de 2001, União Europeia estabelece o sistema de gestão Ambiental chamado EMAS 2001. (19/03/2001) cujo objetivo principal é ajudar as empresas a melhorar seu funcionamento ambiental.

Esse Regulamento (761/2001) compila os pontos básicos do (regulamento 1.836/93 de 29/09/1996) porém amplia sua cobertura para conseguir maior adesão empresarial.

O EMAS torna-se um instrumento de proteção do meio ambiente que dispõe de uma legislação, da melhora do comportamento ambiental, da comunicação externa e da implicação dos trabalhadores.

Em 2002, no período de 26/08 a 04/09; ocorreu em Johannesburgo África do Sul, o encontro da Terra, também denominado Rio + 10, que teve a finalidade de avaliar as decisões tomadas na Conferência do rio, em 1992- e desse encontro resultaram dois documentos: a Declaração Política e o Plano de Implementação.

A Declaração Política tem como título “O compromisso de Johannesburgo por um desenvolvimento sustentável”.

A Agenda 21 tem como objetivos supremos a serem alcançados: erradicações da pobreza, mudanças dos padrões insustentáveis de produção e consumo, produção de recursos naturais.

No dia 18 de junho de 2015, foi anunciado em todos os jornais a Encíclica do Papa Francisco, que foi denominada por Encíclica verde, por se tratar de assuntos preocupantes sobre o meio Ambiente. Nessa Encíclica o Papa pede a humanidade o cuidado para uso sustentáveis dos recursos naturais como; água, ar, floresta e solo.

O Papa Francisco pede mudanças no estilo de vida: “Uma mudança no estilo de vida poderia chegar a exercer uma saudável pressão sobre aqueles que detêm o poder político, econômico e social”.

Ele fala que a Educação para a responsabilidade ambiental pode encorajar vários comportamentos que tem uma incidência direta e importante no cuidado do

ambiente, como evitar o uso de material plástico ou de papel, reduzir o consumo da água, separar os resíduos, cozinhar somente aquilo que se poderá comer. Tratar com cuidado os outros seres vivos, utilizar o transporte público ou compartilhar um mesmo, veículo entre várias pessoas, plantar árvores, desligar as luzes desnecessárias, etc. (TINOCO E KRAEMER, 2008)

Isto mostra a preocupação de toda a humanidade com o meio ambiente muitas vezes e melhor consumir menos para se ter uma vida melhor.

Contabilidade ambiental segundo Carvalho (2012,p.62):

É o segmento da ciência, responsável pelo registro das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da relação com o meio ambiente ressalta-se que se trata de uma nova técnica ou ciência, apenas uma vertente da contabilidade tradicional. (CARVALHO. 2012, p.62)

A contabilidade ambiental, bem como seus elementos possuem características, próprias, portanto se faz necessário a identificação das transações/eventos econômicos possíveis de ocorrer no patrimônio da empresa e/ou entidade; bem como as respectivas variáveis no processo econômico e contábil.

A partir da legislação vigente: Lei das Sociedades por Ação (Lei nº 6404/76 e 10.303/01) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANAEEL), se fez necessário a caracterização, classificação e definição dos elementos patrimoniais ambientais, que são: Ativos, passivos e patrimônio líquido ambiental e as contas de resultados em receitas, custos despesas, ganhos e perdas ambiental.

2.15 Ativo Ambiental

Para Tinoco e Kraemer (2008, p.181)”[...] Ativos ambientais são os bens adquiridos pela empresa que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente, proveniente de gerenciamento ambiental.”

De acordo com todas as teorias e explicações, o ativo ambiental se resume aos recursos e a sua contabilidade destinados aos gastos com tecnologia e insumos nas suas mais variadas formas, com o intuito de amenizar os impactos ambientais gerados pela atividade econômica que em nosso caso específico se refere as

atividades frigoríficas. Podemos contatar quem em nossa cidade os frigoríficos tem em sua estrutura máquinas, materiais e pessoas destinadas a este setor. Também estruturalmente muitas ações e situações foram criadas com o intuito de minimizar os impactos ambientais, grandes reservatórios, bombas, sistemas de decantação e drenagem, são exemplos.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008,p.181), os ativos ambientais representam:

I -Os estoques dos insumos, peças, acessórios etc, utilizados no processo de iluminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos;
II- Os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. comprados ou fabricados com a finalidade de aliviar os impactos causados ao meio ambiente. III- Os gastos com pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.(TINOCO E KRAEMER. 2008,p.181)

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) – Intergovernmental Working Group of Experts and International Standards of Accounting and Reporting (UNCTAD) (1997), os gastos realizados com a intenção de prevenção ou redução de danos ambientais futuros ou conservação dos recursos podem ser classificados como imobilizado quando:

- I. Estiverem relacionados com antecipação de benefícios ambientais, extensão de vida útil dos ativos aumento de capacidade, melhoria de segurança e eficiência dos ativos da organização;
- II. Propiciarem a redução ou prevenção de contaminação ambiental que possa ocorrer como resultados de operações futuras.
- III. Os gastos de contaminação ambiental podem ser classificados como Ativo Permanente quando:
 - a. Forem recuperáveis;
 - b. Proporcionarem aumento de vida útil, capacidade ou melhoria de segurança e economia;
 - c. Forem incorridos durante o preparo do ativo para venda.

Moreira(2007,p.29) afirma que ativo ambiental é:

Um conjunto de bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, incluindo os gastos com conservação ambiental

ou com a prevenção ou redução de danos ambientais potenciais.”(MOREIRA. 2007,p.29)

Para serem classificados e identificados como ativos ambientais é necessário que os elementos estejam focados em quatro atividades principais: De acordo com Ferreira (2003) “[...] Prevenção, recuperação, monitoramento e reciclagem.”

Para Moreira (2007) são características dos Ativos Ambientais:

- I. Benefício futuro provável refere-se ao direito que a empresa e/ou entidade adquire de adicionar ao seu patrimônio os futuros benefícios que um determinado ativo pode gerar, isolado ou em conjunto com outros ativos; benefício estes que devem ser positivos e representados por entradas líquidas de caixa.
- II. Propriedade, posse e/ou controle, consiste em que os direitos referentes ao ativo devem pertencer a um individuo, ou a uma entidade e/ou empresa excluindo-se os direitos que são de publico. Pois o controle de um ativo esta ligado ao conceito de propriedade, posse e/ou controle de benefícios futuros.
- III. Fator de exclusão, retrata o fato de que uma entidade e/ou empresa ao utilizar a capacidade de geração de benefícios futuros de um ativo impede que outra o faça, por isso os bens públicos são excluídos.

Quanto ao processo de mensuração sempre se traduz em algo complexo, principalmente quando se deseja atribuir um valor monetário a algo cujo próprio valor não tem tradução quantitativa, seja esta monetária ou não; pois não há valor para vida de animais mortos e nem para empregados que trabalha, em condições ambientais insalubres.

Mas pode-se pensar em contratar seguros, porém o seguro é somente uma forma de minimizar os problemas financeiros daqueles que permanecem vivos; dessa forma na pratica a contabilidade tem se limitado na maioria dos casos ao método exigido pelas autoridades tributárias do país.

2.16 Passivo Ambiental

Os passivos são por vezes vilões de lucratividade, tem que haver um cuidado especial com este item, pois se passar despercebido, gera uma obrigatoriedade que por si só aumenta os custos e consequentemente diminui os lucros. Por exemplo; é mais barato prevenir a contaminação do solo que de poluí-lo posteriormente, sendo que ainda se corre o risco deste não se tornar mais próprio para o uso e todo investimento seja só com o intuito de amenizar a situação. Em um projeto, levando-se em conta a consciência ambiental, não se pode desconsiderar como uma dívida e pode ser para procurando conservar ou preservar utilizando-se de recursos próprios ou de terceiros.

Conforme Tinoco e Kraemer (2007,p.41):

Ensina que passivo ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionados a investimentos na área ambiental.(TINOCO E KRAEMER. 2007,p.41)

São três tipos de obrigações do Passivo Ambiental: legais ou implícitos, construtivas e injustas;

Legais ou implícitas: Quando a empresa possui um dever legal (presente) como consequência de um evento passado, como o uso do meio ambiente (água, ar, solo, etc.) ou a geração de resíduos tóxicos.

A obrigação explícita surge quando uma entidade e/ou empresa por meio de ações praticadas anteriormente, declarações feitas ou políticas divulgadas, cria uma expectativa válida a terceiros e por conta disso assume um compromisso. Como por exemplo podemos dizer quando alguém tiver degradando o meio ambiente e que a população revolta contra a ação, o agressor comunica em publico que está elaborando um projeto de recuperação para restituir aquela agressão mesmo que não estivesse comprovada.

Construtivas, são aquelas que a empresa propõe a se cumprir espontaneamente as exigências legais. Essas obrigações ocorrem quando a empresa está preocupada com sua reputação.

Justas: Refletem a consciência de responsabilidades sociais ou seja a empresa as cumpre em razão de fatores éticos e morais.

Reconhecimento de um passivo ambiental para Tinoco e Kraemer (2008,p.185):

Se dá quando existe uma obrigação por parte da empresa que gerou um custo ambiental ainda não desembolsado desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Esse tipo de passivo é definido como uma obrigação presente da empresa decorrente de eventos passados.(TINOCO E KRAEMER. 2008, p.185), como:

Despesas do exercício atual, resultado de exercícios anteriores, riscos ambientais potenciais, iniciativa própria, reivindicações de terceiros, exigibilidade das legislações ambientais.

2.17 A Evidenciação

Para definição de evidenciação Costa e Marion, explicam que o objeto da contabilidade não se limita a evidenciação de informações econômicas e financeiras, e acrescentam que as entidades e/ou empresas tem buscado evidenciar seu comprometimento socioambiental. Porém, tem encontrado dificuldades que são impostas pelas normas contábeis na divulgação dessas informações junto as demonstrações contábeis tradicionais, no entanto essas dificuldades não liberam a contabilidade da responsabilidade de informar aos usuários sobre os fatos relacionados com as questões ambientais. Costa e Marion (2007).

Para Costa (2012, p.98):

A divulgação de informações que refletem um compromisso com o meio ambiente pode contribuir com a imagem da empresa e as empresas interessadas em evidenciações em favor do meio ambiente tem duas opções: a primeira seria divulgá-las junto as demonstrações financeiras tradicionais que, além da apresentação de forma sintetizada das contas patrimoniais e de resultado, deverão ser apresentados subgrupos como, por exemplo: no ativo circulante registra-se a conta estoques, este deverá ser dividido em subconta “estoques ambientais”. O mesmo raciocínio se aplica as demais contas patrimoniais e de resultado. Na segunda opção a evidenciação deve ser feita por meio dos relatórios agregativos. (COSTA. 2012, p.98)

A evidenciação pode ser feita de duas formas: a primeira seria fazer um balanço patrimonial e uma DRE (demonstração de resultado do exercício),

exclusivos com contas que receberão apenas referências de natureza ambiental e a outra, a empresa pode optar pela divulgação de todas as informações no balanço social.

2.18 Contingências

Ribeiro define contingências como (2005,p.86):

Certas condições ou situações de solução indefinida a data do encerramento do exercício social ou período a que se referem às demonstrações contábeis de uma entidade e, como tal, dependente de eventos futuros que poderão ou não, ocorrer. (RIBEIRO. 2005, p.86)

As contingências ambientais passivas podem apresentar as seguintes características:

- I. Cumprimento de exigências legais; quando atende as imposições legais e ou as penalidades.
- II. Indenização a terceiros por prejuízos causados: quando há disposição de resíduos ou elementos tóxicos no meio ambiente.
- III. Prevenção em relação a eventos inesperados: É a prevenção antecipada feita pelas indústrias consideradas poluentes.

2.19 Levantamentos de passivos ambientais

Levantar o passivo ambiental de uma empresa para Tinoco e Kraemer (2008,p.188):

Significa identificar e caracterizar os efeitos ambientais adversos, de natureza física, biológica e antrópica, proporcionados pela construção, operação, manutenção, ampliação ou desmobilização de um empreendimento ou organização produtiva. (TINOCO E KRAEMER. 2008,p.188)

É ainda um trabalho novo tanto no Brasil como no exterior, mas é o procedimento mais recomendado, para aquisição de empresas e ou espaços que foram afetados por qualquer evento ambiental, dando ao interessado a estimar os investimentos que serão necessários para a reabilitação do mesmo.

Tinoco e Kraemer (2008,p.188) ainda complementam:

Para a realização de um levantamento do passivo ambiental algumas atividades básicas deverão ser analisadas como: a- Inspeção ambiental da organização; b- Documentação fotográfica dos itens de passivo encontrados; c- Identificação dos processos de transformação ambiental que deram origem aos itens de passivo; d- Caracterização ambiental dos itens de passivo e de seus processos causadores;(TINOCO E KRAEMER. 2008, p.188)

Hierarquização dos itens de passivo, em termo de representatividade, assim como de seus processos causadores.

Os levantamentos de passivo ambiental procuram atividades referentes a proposição de ações corretivas e preventivas, a saber: Estabelecimento de ações preventivas e corretivas para cada item de passivo identificado e orçamento das ações propostas como recursos humanos, técnicos e logísticos necessários, e ainda eventuais serviços de terceiros.

2.20 Mensuração do Passivo Ambiental

Tinoco e Kraemer (2008,p.189) afirmam que “[...] o passivo ambiental deve ser reconhecido nos relatórios financeiros se é de ocorrência provável e pode ser razoavelmente estimado”, se houver dificuldade para estimar seu valor, deverá ser provisionado um valor estimável, registrando-se os detalhes dessa estimativa em notas explicativas.

2.21 EIA – Estudos de Impactos Ambientais

O EIA é uma forma de determinar e reconhecimento do Passivo Ambiental, que visam identificar todos os efeitos ao meio ambiente, bem como os mecanismos que devem ser utilizados para contê-los e atribuir valores a eles.

De acordo com Carvalho (2008,p.58):

O EIA é um instrumento que, além de subsidiar ações na área ambiental por avaliar o meio ambiente antes de realização das atividades impactantes e inferir os danos que o empreendimento pode causar, fornecendo assim instrumentos para que os gestores avaliem e decidam sobre a viabilidade total, parcial ou inviabilidade deste no local escolhido para sua implementação. (CARVALHO. 2008, p.58)

2.22 RIMA – Relatório De Impacto Ao Meio Ambiente

São esses relatórios que relatam o ocorrido ao meio ambiente durante o processo operacional. É por meio deles que são identificados os efeitos ambientais.

Conforme Fiorillo (2004,p.78):

A existência de um relatório de impacto ambiental tem por finalidade tornar compreensível para o público o conteúdo do EIA, porquanto este é elaborado segundo critérios técnicos. Assim, em respeito ao princípio da informação ambiental, o Rima deve ser claro e acessível, retratando fielmente o conteúdo do estudo, de modo compreensível e menos técnico.(FIORILLO.2004,p.78)

2.23 Despesas de Natureza Ambiental

As despesas ambientais se dividem em duas, sendo elas: despesas não operacionais e despesas operacionais.

As despesas operacionais ocorrem na empresa em seu processo produtivo e devem ser evidenciadas na demonstração do resultado do exercício (DRE).

As despesas não operacionais são as que se originam de fatos ocorridos fora da atividade principal da empresa como: multas, sanções e compensação de terceiros. Não é considerada despesa operacional as derivadas de autuação ambiental ocorrida no passado que deva ser assumida na atualidade, exceto quando haver mudança de regra ou retificação de um erro contábil de exercícios anteriores.

Para Carvalho (2008,p.141) “[...] As despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.”

2.24 Receita ambiental

As receitas ambientais são resultantes de ações positivas pelas empresas, entre elas podemos citar:

- I. Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- II. Venda de produtos elaborados de sobra de insumos do processo produtivo;
- III. Vendas de produtos reciclados;
- IV. Receita de aproveitamento de gases e calor;
- V. Redução do consumo de matérias-primas;
- VI. Redução do consumo de energia;
- VII. Redução do consumo de água e o reaproveitamento da mesma.

2.25 Demonstrações Contábeis no Brasil

De acordo com a lei nº 6.404/76, em seu artigo nº 176 e da lei das sociedades por ações, fica estabelecido que ao final de cada exercício social deverão ser elaboradas demonstrações financeiras que demonstrem com clareza, a situação e as modificações ocorridas no exercício do patrimônio nas empresas, tais como: demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, e demonstração das origens e aplicação de recursos e complementadas por notas explicativas.

2.26 Demonstrações contábeis adaptadas ao meio ambiente

São as demonstrações balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, adaptado a contabilidade ambiental.

Essas demonstrações focalizam especialmente contas ambientais que empresas de diversos setores as economia movimentam, entre eles: Setor siderúrgico, petroquímico, celulose e papel, cana-de-açúcar, mineração, cal, etc., em decorrência do impacto ambiental que proporcionam.

Para Carvalho (2008 p. 198):

A contabilidade surgiu para dar respostas as necessidades ao conhecimento do patrimônio do homem e de sua evolução, devendo contabilizar as questões relativas ao impacto ambiental, já que afetam a continuidade empresarial e a saúde das pessoas.(CARVALHO. 2008,p.198)

2.27 Patrimônio Líquido Ambiental

O patrimônio líquido ambiental é formado pelo grupo dos ativos e passivos ambientais.

De acordo com Ribeiro e Gratão (2000,p.07):

Não há que se pensar em sua identificação física já que os recursos próprios são formados ao longo da existência da empresa e são utilizados indistintamente nas mais variadas necessidades apresentadas pelo processo operacional da empresa, não cabendo, a identificação do capital ambiental ou das reservas de lucros ambientais. (RIBEIRO E GRATÃO. 2000; p.07).

Há uma probabilidade de uma reserva de lucros para contingências ambientais, sendo, contudo decorrentes de uma situação muito específica em que seja prevista a existência e inevitável perda no futuro.

Dessa forma o patrimônio embora existente, não é passível de segregação dos elementos que formam o patrimônio líquido na sua forma tradicional.

Na composição do patrimônio líquido ambiental, a empresa pode destinar uma parcela de seu capital social para aplicação em meio ambiente nas atividades de prevenção, recuperação, monitoramento e reciclagem e podem-se constituir reservas para contingências ambientais e doações e subvenções.

2.28 Ganhos e perdas ambientais

Martins (2003, p.26) define perdas como “bem ou serviços consumidos de forma anormal e involuntária”.

Deve-se considerar que serão custos apenas as perdas resultantes do processo operacional das atividades ambientais que não possam ser evitadas.

Perdas normais são aquelas previsíveis, e de montante previamente definidos como aceitáveis em geral estão incluída no custo operacional.

Perdas anormais (involuntárias) são classificadas como resultado não operacional com segregação específica.

Conforme Ribeiro (2005, p.57) são, “aumentos de patrimônio líquido decorrentes de operações periféricas ou acidentais”. Motivo pelo qual são apresentados pelo resultado líquido.

2.29 Custos Ambientais

Os custos são aqueles relacionados ao processo de produção, enquanto despesas são aqueles relativos a administração da empresa como um todo.

Os custos ambientais são os gastos necessários para produzir os produtos da empresa (bens ou serviços). São gastos efetuados da empresa ligados a área industrial.

Segundo a ONU (2001) o principal problema com a contabilidade da gestão ambiental é a falta de definição normalizada de custos ambientais. Dependendo das varias abordagens incluem uma variedade de custos: custos de deposição ou custo de investimentos, e, por vezes também, custos externos.

A maioria destes custos não é mencionado nem atribuído aos respectivos processos e produtos, mas, simplesmente, somado ao custo indireto geral.

O fato dos custos ambientais não serem totalmente registrados conduz frequentemente a cálculos distorcidos das opções de melhoria.

Assim sendo os projetos visam impedir emissões e resíduos na origem através de uma melhor utilização das matérias-primas e secundarias e de materiais auxiliares menos perigosos, não são reconhecidas nem implementados.

Os custos ambientais são os custos necessários a operacionalização das atividades ambientais, e são considerados custo diretos e indiretos.

Os custos diretos são relacionados a distribuição de energia e as atividades de reciclagem, recuperação, prevenção e monitoramento ambiental. E podem ser identificados e quantificados, exemplo: mão-de-obra, materiais antipoluentes, depreciação de equipamentos antipoluentes etc.

Os custos indiretos se referem a 10% do valor total das obras relativas aos projetos ambientais.

Outra classificação de custos utilizados são custos fixos e custos variáveis.

Os custos fixos são os custos que não variam em função do aumento ou redução no volume de atividades em determinado período.

Os custos variáveis são os que ocorrem de acordo com o volume de produção num mesmo período.

2.30 Balanço Social

Tinoco e Kraemer (2008,p.87) afirmam que Balanço social:

É um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas e sociais, do desempenho das empresas aos mais diferenciados usuários. E tem como responsabilidade e dever comunicar com exatidão e diligência os dados de sua atividade, de modo que a comunidade e os distintos núcleos que se relacionem com a empresa possam avaliá-la, compreendê-la, se entendem e crítica-la.(TINOCO E KRAEMER. 2008,p.87)

O balanço social engloba muitas informações de caráter qualitativo: as mais importantes são as relativas a ecologia e ao meio ambiente; ao treinamento e a formação continuada dos trabalhadores; as condições de higiene e segurança no emprego, as relações profissionais; as contribuições das empresas com a comunidade, demonstrando responsabilidade social e corporativa das organizações.(TINOCO E KRAEMER,2008)

Entre outras questões importantes destacam-se os tributos e as contribuições de toda natureza, que são recolhidos pelas empresas e pessoas físicas ao fisco.

Decorrem daí a necessidade da elaboração do demonstrativo do valor adicionado gerado pelas organizações. Esta demonstração evidencia de forma

transparente o valor gerado e sua divisão aos segmentos beneficiários, que são: os que investem, os que trabalham, o Estado e os que financiam, que são remunerados através de juros.

E com relação aos funcionários as informações ligadas a eles são: valores pagos pelas empresas em salários, encargos sociais e outros benefícios, informações relativas ao nível de emprego, a qualificação, tempo de permanência e faixa etária de funcionários que trabalham nas várias áreas das organizações.

O balanço social surgiu a partir da Guerra do Vietnã, nas décadas de 60 e 70, em que os Estados Unidos da América se envolveram e gerou profunda insatisfação popular, fazendo com que a sociedade se manifestasse e repudiasse tal disputa. (TINOCO E KRAEMER, 2008,)

A produção de materiais bélicos pelas empresas dos Estados Unidos da América que prejudicavam o homem e o meio ambiente, a persistência na discriminação de raça ou de sexo no emprego, fez com que numerosas organizações tomassem posição por uma nova moral empresarial.

As marcas pós Guerra tanto no aspecto humano, quanto moral fez com que as empresas adotassem nova postura moral e ética perante os cidadãos.

Pesquisadores fizeram exigências para que as empresas se preocupassem menos com os aspectos financeiros na divulgação de suas demonstrações contábeis, e dar mais acolhida as relações sociais dentro e fora dela.

Enquanto isso pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos da América, constroem um sistema de contabilidade social, onde informações sobre todos os aspectos da empresa de quantidade física e qualitativas que completam os demonstrativos contábeis visando um melhor conhecimento da evolução social na empresa e na nação.

Na França, a partir de 1970, as empresas passaram a publicar indicadores sociais concernentes a gestão do pessoal, ao clima social, juntamente com os indicadores financeiros tradicionais, cujo os objetivos segundo Danziger (1983, p.35) são:

“ajudar a direção da empresa a gerir segundo processo habitual de controle, que compreende quatro fases sucessivas, ação e análise de resultados;

Conservar e incrementar a rentabilidade empresarial, evitando o descontentamento do pessoal suscetível de afetar a produtividade” (DANZIGER. 1983,p.35)

A implantação do balanço social foi uma conquista para os trabalhadores, pois com o desenvolvimento do sistema capitalista que para avançar ter que divulgar informações visando atingir seus objetivos, objetivos esses que Tinoco e Kraemer (2008,p.89-90) diz que são a “[...] ampliação da produção e da produtividade, a melhoria da qualidade o domínio do mercado, a maximização da rentabilidade e continuidade.”

Os movimentos sociais cada vez mais fortes, avançaram pelos anos 60 e 70, e alcançaram seu ápice com a lei nº 77.769 de 121047/1977, sobre balanço social, que foi posta em pratica em 1979, obrigando todas as empresas com 300 (trezentos) funcionários ou mais a publica-la. Posteriormente os países; Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal e Inglaterra também passaram a publicar o balanço social adotando os preceitos da lei francesa.

Essa lei contem méritos valorosos, pois pela primeira vez reconhece o quão são importantes os trabalhadores da empresa, como usuário da informação contábil e social.

Apesar de sua importância para os trabalhadores essa lei, não contemplou informações de caráter econômico e ambiental que trabalhadores e analistas gostariam de ver publicados nos documentos contábeis.

A elaboração do balanço social se dá através da descrição certa realidade econômica, ambiental e social de uma empresa e que através dele é possível fazer a mensuração, avaliação e divulgação, desta realidade.

Tinoco e Kraemer (2008,p.90) afirmam que “[...]Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, varias empresas já vem consagrando o balanço social como instrumento de gestão e de informação.”

São três departamentos na empresa que são fontes de informação na elaboração e na divulgação do balanço social: o departamento de recursos humanos, o de contabilidade e o de sistema de informação.

O objetivo do balanço social e ser equitativo e comunicar informação que satisfaça a necessidade de todos aqueles que dela precisam.

A empresa é uma coalisão de interesses, e cada um desses interesses estão voltados a cada usuários desta empresa tais como: fornecedores, sindicatos, acionistas, Estado, comunidade, colaboradores, clientes e fornecedores.

A responsabilidade e balanço social no Brasil ocorreu desde 1961, em São Paulo a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) que originou, a uma pregação de responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais.

A partir de 1977, várias atividades foram desenvolvidas no Brasil, para que o balanço social foram implantado no Brasil e que todos os dirigentes de empresas e todos que delas usufruir tomassem conhecimento de mais esta norma da empresa.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e descritiva, baseada em um estudo de caso que são os custos ambientais nas empresas frigoríficas do município de Juína – MT, para isto foi usada uma metodologia específica.

Segundo Silva (2008, p.13) “entende-se metodologia como estudo do método para se buscar determinado conhecimento”. É a busca por este conhecimento é possível através da metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia é caracterizada por critérios quanto aos fins e quanto aos meios, e desta forma a pesquisa será analisada através dos caminhos para conseguir alcançar os resultados. Nesta pesquisa foram feitos estudos bibliográficos e de campo os quais serão confrontados para que haja um resultado científico e eficaz.

Quanto aos fins a pesquisa foi realizada em duas empresas frigoríficas no município de Juína – MT: Frigorífico Juína e Frigorífico JBS, onde foi aplicado um questionário em anexo para saber os custos ambientais nas referidas empresas frigoríficas.

Para o desenvolvimento deste trabalho o uso da pesquisa descritiva é importante porque visa observar, registrar e analisar os problemas encontrados na gestão das empresas frigoríficas no município de Juína – MT em caráter ambiental.

Os meios deste trabalho foram aplicados questionários aos usuários (administração) das empresas para averiguação dos custos ambientais as quais são submetidas, pesquisa de campo e pesquisa descritiva.

O estudo de caso realizado neste trabalho buscou investigar o campo a ser pesquisado permitindo uma análise dos dados obtidos sobre os custos ambientais das empresas frigoríficas do município de Juína – MT.

Podendo desta forma obter com mais clareza os dados pesquisados.

Na pesquisa descritiva os dados coletados foram trabalhados na forma qualitativa.

4 ESTUDO DE CASO

Durante a pesquisa do Estudo de caso “Os custos ambientais nas empresas frigoríficas de Juína – MT”, JBS Frigorífico e Juína Frigorífico, vêem que a Educação ambiental é recente e principalmente na legislação brasileira, por isto não é raro crimes ambientais ocorrendo com frequência em nível internacional, nacional, estadual e municipal, pela falta de uma legislação rigorosa e fiscalização controlada pelos órgãos governamentais responsáveis.

Nem os empresários, industriários e as Organizações governamentais em sua maioria não conseguem cumprir na íntegra as legislações que se referem ao meio ambiente.

Em visita in loco nas empresas supracitadas fomos informados pelas pessoas responsáveis pelo departamento que se trata da conservação e preservação do meio ambiente dentro das empresas e pelo setor administrativo. O informante da empresa JBS Frigorífico é uma empresa de médio porte e possui mais de cem (100) funcionários para desenvolver suas atividades. Iniciou suas atividades no município de Juína-MT, em dezembro de 2012, e continua funcionando até a presente data colaborando com o desenvolvimento do município de Juína.

O JBS Frigorífico não possui Departamento de contabilidade e não estão previstos registros referentes às questões ambientais. A sua Contabilidade é realizada em sua Matriz e esta manda os resultados para a Unidade JBS frigorífico de Juína. Os seus custos ambientais são definidos através de cálculos específicos formulados na própria matriz.

Esta empresa frigorífica não possui projetos ambientais em desenvolvimento, não possui projetos de recuperação ambiental para sanar alguns problemas que tenham danificado o meio ambiente. Ela investe em produtos de tratamento dos resíduos líquidos para devolver ao meio ambiente, como exemplo foi citado o tratamento do ETE – Estação de Tratamento de Efluentes. Usam-se também equipamentos de peneiramento para retirada de resíduos sólidos destes efluentes para serem devolvidos à natureza.

O JBS Frigorífico possui programa de capacitação de funcionários visando mantê-los informados e aptos a estarem no controle de danos ambientais, Conforme

o informante da empresa JBS Frigorífico, diz que Programa de capacitação de funcionários para prevenir acidentes de trabalho na empresa não é considerado como projetos ambientais apesar de fazer sentido e valer para a preservação do meio ambiente, por exemplo, o treinamento de manuseio correto de produtos químicos não é considerado como projeto ambiental por não haver ainda este direcionamento.

Para o gestor do JBS Frigorífico de Juína o meio ambiente é um conjunto de unidades ecológicas que funciona como um sistema natural onde inclui a natureza que é a vegetação, animais, microorganismos, solo, rochas, atmosfera, e fenômenos naturais que podem ocorrer em seus limites. Meio ambiente para ele é também compreende recursos e fenômenos físicos como: ar, água e clima; assim como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo.

Para os gestores da empresa JBS Frigorífica os programas de capacitação de funcionários são importantes para a prevenção de acidente de trabalho na empresa ; não são considerados como projetos ambientais porque trata de Gestão de Pessoas, porém os funcionários também fazem parte do meio ambiente.

A referida empresa frigorífica informou que não tem projetos referentes ao meio ambiente (prevenção e recuperação) ambiental para o futuro pela falta de atenção para este fator. Entretanto é projeto da empresa organizar projetos desta natureza para melhor prevenção e recuperação do meio ambiente.

Segundo a informante a empresa Juína frigorífico é uma empresa de médio porte, possui mais de cem (100) funcionários para desenvolver suas atividades. Possui departamento de Contabilidade em seu modelo estão previstos registros referentes as questões administrativas. Os custos ambientais são definidos através de cálculos específicos formulados por empresa especializada.

A empresa Juína Frigorífico nos informou que a mesma possui projetos ambientais definidos, como: tratamento de efluentes, reuso da água, AGSI e SGA. Esta empresa possui programa de capacitação de funcionários visando mantê-los informados e aptos a estarem no controle de danos ambientais.

Para o gestor da empresa Juína frigorífico o meio ambiente é tudo que está em nossa volta. E para esta empresa os programas de capacitação de funcionários são relevantes para prevenir acidentes de trabalho na empresa e são considerados

projetos ambientais porque trata de Gestão de Pessoas; pois os funcionários também fazem parte do meio ambiente.

Para a empresa Juína Frigorífico a empresa possui projetos referentes ao meio ambiente como o de prevenção, recuperação e proteção ambiental para a melhoria do meio ambiente no futuro como o projeto de reuso da água porque a preocupação com a água é mundial e o descaso com ela é muito grande, pois causa as mudanças climáticas que interferem na vida da humanidade de forma drástica.

5 CONCLUSÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 225 prescreve que:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações.(C.F.B/88 art.225)

De acordo com o que prescreve o Artigo da Constituição Brasileira acima citado podemos concluir este Estudo de caso dizendo que as empresas frigoríficas de Juína. JBS Frigorífico e Juina Frigorífico localizadas no município de Juina –MT, atendem a legislação vigente com relação a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, apresentando algumas atividades de proteção ao meio ambiente, mas é necessário que as mesmas ampliem e pratiquem projetos de conservação e preservação ambiental e use de forma sustentável e consciente os recursos naturais.

Já é proposta do JBS Frigorífico ampliar e melhorar seus projetos de conservação e preservação ambiental.

É preciso que cada empresa crie e desenvolva projetos de preservação ambiental em conformidade com a legislação vigente para que todos os seres vivos tenham mais saúde e que possamos ter um mundo melhor.

O que não podemos ter é a ganância de retirar do meio ambiente os recursos naturais para aquisição de riquezas. Devemos ter consciência de que se usarmos com consciência os recursos naturais e cuidarmos dele todos os seres vivos terá uma vida mais duradoura e saudável.

Os custos dos impactos ambientais são calculados e registrados contabilmente da seguinte forma: No JBS Frigorífico esta atividade contábil é feita na Matriz do frigorífico e não divulgam os resultados para a população, enquanto que a no Juina Frigorífico os registros e cálculos dos custos ambientais são feitos através de formulários específicos em empresas especializadas.

Entendemos que as empresas frigoríficas de Juína (Frigorífico JBS e Juina Frigorífico) devem fazer e divulgar os registros e cálculos dos seus custos dos impactos ambientais a nível local para que o município de Juína e sua população

tomem ciência da situação desses impactos ambientais e juntos resolvam os problemas existentes.

REFERÊNCIAS

ALOE, Armando. Colli, José Alexandre. Fontana, Marino. **Contabilidade Bancária**. São Paulo: Atlas, 1975. P.42.

ANDRADE, Benedicto de. **Contabilidade Pública**. 6. Ed. Revista atualizada e aumentada. São Paulo Atlas. 1973. P.35.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública** / João Angélico. – 8. Ed. – 13. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2006. P.107.

BRASIL ESCOLA. **ECO 92**. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/geografia/eco-92.htm>> Acesso em: 28 Out. de 2015.

CONFERÊNCIA RIO-92 SOBRE O MEIO AMBIENTE DO PLANETA: **Desenvolvimento Sustentável dos Países**: Disponível em:
<www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>
Acesso em: 28 Out. de 2015.

DANTAS, Tiago. "**Gastos, custos e despesas**"; Brasil Escola. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/economia/gastos-custos-despesas.htm>> Acesso em: 29 de out. de 2015.

FARIA, Caroline. **Passivo ambiental**. Disponível em:
<www.infoescola.com/ecologia/passivo-ambiental> Acesso em 30 de maio de 2015.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira E. **ECO 92**. Disponível em:
<www.mundoeducacao.com/geografia/eco92.htm> Acesso em: 28 Out. de 2015.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 1986.

FRANCO, Hilario. **Contabilidade Geral**. 23-ed.-São Paulo: Atlas, 1996.

HENDGES, Antonio Silva. **O que é ativo ambiental**. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2013/09/16/o-que-e-ativo-ambiental-artigo-de-antonio-silvio-hendges/> Acesso em 15 de maio de 2015.

IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510515&search=mato-grosso|juina|infograficos:-historico>> Acesso em: 28 Out. de 2015.

IUDICIBUS, Sergio de, MARION, José Carlos. **Introdução a contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade comercial: atualizado conforme o novo Código Civil** / Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion. – 7. Ed.-2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**. São Paulo, Atlas.3.ed.1980.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 8° ed. São Paulo: Atlas,2006.

JACINTHO, Roque. **Contabilidade Industrial**. São Paulo: Ed. Ática.

MAHER, Michael, 1946. **Contabilidade de Custos**: Criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8° ed. -3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 4° Ed. rev. São Paulo: Atlas 1990,

MENEZES, Valdelicio. **A contabilidade gerencial e sua importância na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTORO, André Franco Filho. **Contabilidade social**: uma introdução a macroeconomia: Contabilidade social, moeda e finanças públicas matrizes, de fluxos de fundos e de insumo – produto balanço de pagamento. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ONU. **Eco 92**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=eco+92> Acesso em: 28 Out. de 2015.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial**: Um enfoque em sistemas de informação contábil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **História da contabilidade**. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.html> Acesso em 27 de maio de 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios e preceitos da contabilidade industrial**. São Paulo: Atlas.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade ambiental**. 22° ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, Deyse das Graças de. **O que é contingencia**. Disponível em: <www.terapiaporcontingencias.com.br/txt/texto_deisy.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2015.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TREASY PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA ONLINE. **Custos X Despesas**. Disponível em <www.treasy.com.br/blog/custos-x-despesas-saiba-a-diferenca> Acesso em: 29 maio de 2015

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manuel Enriquez Garcia. **Fundamentos de Economia**. 5° ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZANLUCA, Júlio Cesar. **O que é contabilidade ambiental**. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.html> Acesso em: 26 de maio de 2015.

ANEXO

- 1- Classificação da empresa
☐ Pequeno porte
☐ Médio porte
☐ Grande porte

- 2- Número de funcionários
☐ Até 20
☐ De 21 a 50
☐ de 51 a 100
☐ Mais de 100

- 3- A empresa possui departamento de contabilidade próprio?
☐ Sim
☐ Não

- 4- Em seu modelo de contabilidade esta previsto registros referente às questões ambientais?
☐ Sim
☐ Não

- 5- Os custos ambientais são definidos de que forma?
☐ Não controlamos custos ambientais
☐ Os custos são apenas os projetos ambientais, colocados em prática.
☐ Através de cálculos específicos formulados das empresas especializadas.

- 6- A empresa possui projetos ambientais em desenvolvimento
☐ Sim
☐ Não
Quais?

- 7- A empresa possui projetos de recuperação ambiental para sanar algum problema que tenha danificado o meio ambiente?
☐ Sim
☐ Não
Porque
não? _____

8- A empresa possui programa de capacitação de funcionários, visando mante-lo informados e aptos a estarem no controle de danos ambientais?

() Sim

() Não

9- Para o gestor. O que você considera como meio ambiente?

10-Programas de capacitação de funcionários para prevenir acidentes de trabalho na empresa é considerado como projetos ambientais?

() Sim

() Não

Porque?

11-A empresa tem projetos referente ao meio ambiente (prevenção, recuperação e proteção ambiental) para o futuro?

() Sim

() Não

Porque?
